

Nº 1120

Ayres conversa com Dilma, mas Poderes não divulgam detalhes

Desde segunda-feira dois Coordenadores do SINTRAJUSC estão visitando unidades do Judiciário no Vale do Itajaí, Norte e Oeste do Estado para conversar com servidores. As viagens continuam até sexta-feira para outras regiões.

Com o prazo apertado (a exigência de que a previsão de qualquer projeto de reajuste seja enviado até 31 de agosto ao Congresso Nacional, como condição para que conste do orçamento de 2013), os servidores estão sendo ouvidos nos locais de trabalho para que se amadureça o caminho a seguir: **paralisação de duas horas, de um dia ou por tempo indeterminado.**

No dia 2 de agosto haverá paralisação de duas horas, das 15 às 17 horas, com Assembleia no TRE-SC, para avaliar o indicativo de Greve a partir do dia 8 de agosto.

INFORMAÇÕES VAGAS

A Fenajufe também está buscando informações junto ao STF para saber, oficialmente, os desdobramentos da reunião ocorrida na segunda-feira entre a presidenta Dilma e o presidente do STF, ministro Ayres Britto. Embora haja informações de que a reunião de fato ocorreu no Palácio do Planalto, nem o Supre-

mo e nem a Presidência da República divulgaram, ao certo, o conteúdo da conversa entre os dois chefes de poderes. Só há informações vagas na mídia.

A Federação também protocolou, na semana passada, pedido de audiência no STF e espera que a mesma seja agendada para o mais breve possível. O objetivo é saber efetivamente o que foi tratado nessa terceira reunião com Dilma desde que Ayres Britto assumiu a presidência do Supremo.

Independentemente do conteúdo da reunião entre o ministro Ayres Britto e a presidenta Dilma, a Fenajufe mantém sua orientação para que a categoria mantenha a mobilização em todo o país e se prepare para as próximas atividades que serão realizadas em nível nacional.

Apesar de o ministro Ayres Britto ter defendido a autonomia do Judiciário, o teor das conversas com a presidenta não tem transparência. Com pouco mais de um mês pela frente para ter reajuste salarial, os servidores precisam tirar à prova se cúpula do Judiciário reivindica autonomia de fato ou apenas faz discurso sobre isso.

Em artigo, Márcio Chaer, da revista *Consultor Jurídico*, diz que o

Judiciário tem sido tratado, historicamente, como um órgão do Poder Executivo, ou seja, a autonomia financeira e administrativa dos poderes é uma ficção: "Em vez de encaminhar diretamente ao Congresso sua proposta orçamentária, o presidente do STF deve enviá-la ao Palácio do Planalto para ser consolidada na proposta global. Já houve casos de corte puro e simples já nessa fase, e de recomendação ao Congresso para os cortes". A proposta, diz Chaer, é votada - e, depois de aprovada, pode ser vetada: "O Judiciário é tratado como uma criança que pode ficar sem a mesada se não se comportar direito".

“TESOURADAS” ANO A ANO

O autor também observa que o processo de "desprofissionalização" do Judiciário, expressão cunhada por Ayres Britto, é uma realidade que se avizinha: "Sem predicados que atraíam os bacharéis e servidores mais qualificados, o serviço judiciário não fará frente ao que dele se espera. Evidente. Quatro anos sem reajustes, os juizes; sete anos na geladeira, os servidores - em contas projetadas para 2013, a tesoura do Planalto preocupa a advocacia".

CNJ e Tribunais admitem: servidores e magistrados estão adoecendo mais

Os Sindicatos e a Fenajufe afirmam há tempo: as metas, a forma de gestão baseada na produtividade máxima e a insuficiência do quadro estão adoecendo os servidores. No mundo capitalista a exploração dos trabalhadores tem limite: a capacidade física e emocional de suportá-la. Pois agora o CNJ instituiu "Grupo de Trabalho para elaborar estudos e apresentar propostas relativas às condições de saúde dos magistrados e servidores do Poder Judiciário", pela Portaria 118, de 20 de julho de 2012. Vale mencionar as justificativas:

"CONSIDERANDO as informações dos tribunais de que tem havido sensível aumento na incidência de doenças físicas e emocionais entre magistrados e servidores do Poder Judiciário, relacionadas com o ambiente, características e condições de trabalho;

CONSIDERANDO que tais patologias levam a afastamentos, temporários ou permanentes, com prejuízo para a atividade judiciária."

Eis aí o custo do trabalho além da jornada legal, nos finais de semana e feriados, a falta de servidores, a corrida no final do mês para dar conta das metas ditadas pelo CNJ.

SÓ JUÍZES

Agora, o próprio Conselho dá sinais de que reconhece o problema. A Portaria, porém, tem um Grupo de Trabalho composto por representantes do CNJ, Corregedoria Nacional de Justiça, Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul - AJURIS. Todos juizes.

O parágrafo único diz que o Grupo de Trabalho poderá contar com o auxílio de outras autoridades ou especialistas de entidades públicas e privadas, com atuação em área correlata, além de Associações de Classe, mas não houve indicação, já na Portaria, de nenhum representante dos servidores, reproduzindo a hierarquia de poder que predomina no Judiciário.

Banco sólido, Justiça "tesourada"

Revista *Consultor Jurídico* informa que a crise econômica (sempre ela) na Europa está reduzindo o tamanho da Justiça. Diz o texto: "Depois de a Inglaterra anunciar o fechamento de 142 tribunais e de Portugal ameaçar fazer o mesmo com 27, chegou a vez da Itália. Nesta semana, a Câmara dos Deputados começou a discutir a proposta do Executivo de fechar quase um quarto dos tribunais de primeira instância". Pelos planos do governo, segundo o site, os juizes e servidores

de apoio dos tribunais fechados seriam realocados para os tribunais que assumissem a competência da área do extinto tribunal. A ideia é empilhar trabalhador e enxugar as áreas físicas.

O governo italiano, porém, aprovou o resgate com o máximo de 2 bilhões de euros do banco mais antigo do mundo, o BMPS. Uma autoridade do governo, que pediu anonimato, disse que o BMPS é símbolo da solidez italiana, "e não poderia ir à lona". Os trabalhadores, é claro, podem.

Fazer sacrifício para salvar banco?

Fernando Moreira Gonçalves, juiz federal em São Paulo, escreveu no *Consultor Jurídico* um artigo esclarecedor sobre o reajuste aos servidores públicos.

Leia um trecho: "A ministra chefe da Casa Civil, Miriam Belchior, cita exemplo de países europeus, que estão cortando benefícios de funcionários públicos, para se dizer surpresa com as reivindicações de sindicatos de servidores no Brasil. Repentinamente, descobrimos que estamos na mesma situação de Espanha, Portugal e Grécia, países que se veem na contingência de adotar medidas drásticas de corte de benefícios de servidores públicos, para atender as exigências de credores internacionais. De país impulsionador do crescimento mundial, nos tornamos reféns da mesma lógica que empurra cada dia mais países europeus endividados para a beira do precipício".

Ora, os países europeus vivem décadas do chamado Estado de bem-estar social. Por aqui, é mal-estar social, privatização, flexibilização, trabalho escravo e infantil e por aí vai. Agora, a Miriam Belchior fica "surpresa" com as reivindicações dos trabalhadores. A lógica do governo é que os trabalhadores pensem na crise e salvem os bancos.

Quem lembra da música do Chico Buarque... Geni só é bendita quando convém...